

O ATRASO NA INTEGRAÇÃO AFRO-AUSTRAL (considerações sobre o curto prazo)

Jonuel Gonçalves*

Introdução

A necessidade de estudar o curto prazo é sempre mais evidente em conjunturas de crise, como a que se vive atualmente. No entanto, é geralmente admitido que, em qualquer caso, uma economia que não produz resultados a curto prazo não é credível. Um dos avanços importantes da consciência humana é o aumento da resistência à manipulação, à demagogia ou simplesmente incerteza, implícitos em promessas de longo prazo... sempre prorrogado. Esta resistência faz parte dos comportamentos humanos face à economia, com relevo para os hábitos de consumo, ritmos de trabalho, forma de utilizar infraestruturas e realizar poupanças.

A outra motivação para o enfoque do curto prazo é que a renovação dos estudos do desenvolvimento está a passar pela análise da realidade imediata sob pressão de exigências que visam a redução do empobrecimento, da fragmentação e da marginalização, quer dizer do atraso, expressão que tem de ser assumida como definidora de um contexto e não com falsos melindres políticos. Outro aspecto desse contexto é que permanecemos no que, há mais de três décadas, Joan Robinson designou por «crise da economia e crise do pensamento económico» e o reconhecimento disso também não deve ser prejudicado por melindres corporativos. Na área do desenvolvimento, a inoperacionalidade dos velhos paradigmas ditou a falência dos modelos reféns de ideologias políticas.

A construção de novos modelos levará em conta a experiência das décadas anteriores e partirá de iniciativas, programas ou projetos voltados para o mais urgente sem cair em novas precariedades ou apenas mudar de vulnerabilidade.

* Jonuel Gonçalves, economista, pesquisador do Centro de Estudos da Educação e Desenvolvimento (Ondjiva, Angola) e professor da Universidade do Estado da Bahia (Salvador, Brasil).

Este texto vai tratar da urgência em responder a desafios do curto prazo para aperfeiçoar os pontos de partida e recuperar dos atrasos que questionam fortemente o desenrolar do projeto SADC (Comunidade de Desenvolvimento de África Austral) na sua totalidade, mas não invalida nem substitui reflexões sobre períodos mais extensos.

Vamos considerar como curto prazo o período de uma década e de médio prazo duas décadas.

O sucesso ou a falência da SADC -tanto na vertente infraestruturas como na de zona de livre comércio- será função da capacidade dos membros no reforço de seus pontos de partida e na consciência dos fundamentos. Todos os projetos ou trabalhos em andamento avançado de integração regional apresentam periodicamente dificuldades sérias em progredir. A cada aprofundamento assiste-se a obstáculos na harmonização de interesses, uma das grandes dificuldades de toda a Economia. Reconhecendo-se desde Adam Smith que é o interesse que move o funcionamento da base material, a resolução dos conflitos que ocasiona é uma das chaves para o crescimento, razão pela qual a vida económica é um processo de negociação constante que requer alta capacidade na harmonização de interesses e sobretudo na solidariedade de interesses.

O surgimento de obstáculos ou a diminuição periódica nos ritmos de aprofundamento são comuns a todos os processos de integração. O Mercosul na sequência de crises dos seus dois principais membros e a União Europeia após votos negativos sobre a sua Constituição, constituem dois exemplos eloquentes.

Trata-se, portanto de uma regra geral que é preciso equacionar e resolver.

Os impasses dos últimos anos decorrem da persistente desigualdade de condições na sub-região, com grande número de economias nacionais em elevado grau de atraso produtivo que provoca atraso na capacidade de decisão. Apesar disso, desde algum tempo, setores importantes das sociedades em presença movem-se no sentido de integração informal através de comércio trans-fronteiriço ou migração determinada pelo mercado de trabalho, duas atividades envolvendo milhões de pessoas.

Também sem esperar pela implementação da integração formal, empresas de distintas dimensões movimentam-se no sentido de marcar posição em diversos mercados vizinhos, um fenómeno cujas características requer atualização de estudo pois muda bastantes dados

da velha relação intra-regional com a África do Sul e representa, na fase atual, investimentos de centenas de milhões de dólares.

Assim, essa dinâmica espontânea traduz uma importante vontade de aproximação determinada pela vizinhança mas contrariada pelas assimetrias.

O Espaço SADC

Do ponto de vista da organização espacial, uma SADC com os membros atuais, será a maior sub-região do continente e, ao mesmo tempo, aquela em que os contornos geográficos mais se estendem para além das definições até aqui consideradas. Nestes termos, será mais apropriada a designação de sub-região SADC em vez de sub-região austral.

A diversidade de conjunturas económicas também apresenta um leque muito alargado, embora o impacto do setor extrativo possa ainda ser considerado como característica maior. No entanto, iniciar um projeto de integração com um número muito elevado de países - a maior parte dos quais em crise e com pouco para trocar - faz correr um forte risco de dispersão, dadas as numerosas especificidades que terão de ser observadas.

A força de certas realidades políticas atraem alguns Estados membros para outros espaços onde existem diferentes projetos de integração. Angola e a RDC no que respeita a África Central, a Tanzânia no que respeita a África Oriental, Maurícia em relação à Comissão do Oceano Índico. Por outro lado, as perspectivas da globalização são também um apelo ao relacionamento através dos oceanos e, no caso da África Austral há economias com relacionamento histórico nessa direção: Angola-Brasil; África do Sul-Argentina-Brasil; África do Sul-Extremo Oriente; Maurícia-Índia.

A este caráter volátil do espaço SADC soma-se o grande desequilíbrio de PIB entre a África do Sul e os outros membros. Em ordens de grandeza de acordo com as taxas de câmbio de fim do primeiro semestre de 2005, o PIB sul-africano está na faixa dos 150 mil milhões de US dólares contra cerca de 55 da soma dos demais.

Por outro lado, a dimensão de cada um dos mercados componentes é quase sempre pequena demais para assegurar níveis prolongados de crescimento e, seja como for, as regras estabelecidas na Organização Mundial de Comércio (OMC) -codificadoras desta fase

da globalização- tornam caducas certas concepções antigas sobre o que então se chamava «desenvolvimento auto-centrado». Ao mesmo tempo, a profundidade da crise socioeconómica na maior parte dos Estados membros da SADC (como noutras partes de África) torna, por si só, impensável qualquer política de «desconexão», cujos custos sociais seriam tanto ou mais acentuados que os do «ajustamento estrutural».

De facto, qualquer destas duas vias implica severas compressões, tanto a nível do consumo de base como do crédito, incompatíveis com uma questão que exige solução a curto prazo: a diversificação produtiva como passo insubstituível para reduzir a pobreza, (condição da larga maioria das populações) e acabar a pobreza extrema, (condição de uma percentagem muito elevada, ainda que variável consoante o país).

Nestes termos, a pobreza assume uma inegável centralidade -o Banco Mundial já o admite, referindo que se trata da sua prioridade para África- e nenhuma política macro-económica pode ignorá-lo. A eficácia de qualquer delas será avaliada em função da sua capacidade em reduzir a pobreza.

A evolução do pensamento económico tem assentado largamente neste objetivo desde Ricardo e Adam Smith até Marx e Keynes. Os períodos de grande sucesso económico correspondem a períodos de recuo da pobreza e o atual avanço do empobrecimento, mesmo em países ainda há pouco com bom desempenho económico, dá nova visibilidade mundial ao problema.

Na África Austral -e África em geral- essa visibilidade não requer novos acontecimentos, pois traduz o fenómeno de maior impacto social causador de grandes limitações económicas: a pobreza é injustiça social e a pobreza em larga escala restringe o mercado interno e limita a produtividade.

Assim, o projeto SADC desenha um espaço territorial de integração e busca novas articulações entre políticas económicas e sociais, para modificar a presente defasagem entre realidade e potencial na sub-região.

A necessidade de integração decorre, neste caso:

- da inadequação territorial e demográfica da maior parte dos Estados a uma política de desenvolvimento de grande alcance;
- dos desafios da economia mundial onde a integração regional ou sub-regional atua como um patamar da globalização.

Instituições e Desempenho Economico

A marginalização económica do Continente surge implícita nestas duas determinantes, às vezes como causa às vezes como consequência, sendo os processos de integração sub-regional apresentados como elemento de maior inserção, tanto das camadas sociais historicamente desfavorecidas quanto dos países onde essas camadas são maioria.

Para Makhtar Diop¹ marginalização não significa que África esteja excluída de todo e qualquer sistema. O que melhor define a situação é o «lugar insignificante, não importante» que África ocupa na economia mundial.

Na verdade, a participação africana no comércio mundial é da ordem de 1% apenas e, desde 1980 que África instalou-se numa taxa perigosa de dependência alimentar que enfraquece a sua posição no contexto global, tanto do ponto de vista produtivo como negocial. Makhtar Diop² aponta sobretudo causas externas para esta marginalização: herança da colonização, troca desigual, conteúdo dos programas de ajustamento estrutural. Mas refere também os efeitos da gestão na época pós-colonial:

desperdícios, gosto desenfreado do luxo, clientelismo político, nepotismo, corrupção... Esta ordem económica interna, obstáculo ao desenvolvimento, foi longamente mantida pela ausência de democracia, com governos unicamente preocupados pela sua manutenção no poder, custe o que custar, para desfrutar das riquezas no interior do círculo estreito de seus partidários. Estes comportamentos, que os marginalizam em relação às suas próprias populações, contribuem, ao mesmo tempo, para a marginalização de África na cena mundial³.

Assim, fatores internos e externos criam o contexto de marginalização e, uma observação detalhada de grande número de economias africanas, permite a interrogação sobre se políticas económicas voltadas para o desenvolvimento foram alguma vez

¹ Cfr. GEMDEV, (1994), *L'integration Régionale dans le monde - innovations et ruptures*, Khartala, Paris.

² *Ibidem*.

³ *Ibidem*.

implementadas nessas economias. Medidas de penalização, frequentemente inspiradas ou impostas do exterior -desvalorizações monetárias, corte de créditos, despedimentos, etc.- não podem ser vistas como política económica coerente e motivadora.

Este aspecto obriga a uma abordagem do tema das instituições e seu relacionamento com o desempenho económico, colocado interna e internacionalmente.

Começando por este, trata-se de identificar «as conexões entre política e economia nas relações internacionais»⁴ que vários autores - como Bjorn Hettne- referem como definindo a economia política internacional na medida em que «nenhum sistema económico pode existir sem a estabilização de alguma forma de quadro político»⁵.

Tal quadro aparece internacionalmente configurado em diversas instituições e relações de força, incluindo fortes componentes de caos e definições unilaterais. Isto pode constituir uma fase prévia ao estabelecimento de uma nova ordem mas também não é de excluir que a nova ordem seja desde já esta e que, por todo um período histórico, aqueles componentes se prologuem. Seja como for, é sob essas condições que a política económica de recuperação tem de ser formulada, inclusive na sua vertente das integrações sub-regionais.

A economia continua numa área de tensão constante, os interesses estratégicos em setores como a energia ou os transportes assumem contornos militares, o capital especulativo e os negócios fora da lei são fabulosos fatores de acumulação, as diplomacias atuam como elemento de pressão em caso de contratos nos ramos de ponta, nos setores de consumo de base acentua-se a operação informal ou paralela, tanto no plano local como trans-fronteiriço e, as instituições financeiras internacionais conduzem-se num labirinto desenhado pelos objetivos da sua constituição e pelas pressões da «economia real».

O caos do período em curso manifesta-se cada vez mais como estrutural, capaz, portanto, de influenciar tendências através de fortes contradições entre a natureza dos operadores, a fragmentação, a criminalização da economia ou a oscilação das regras consoante interesses, pondo em causa mesmo paradigmas aparentemente incontestados.

⁴ Cfr. HETTNE, Bjorn (ed), (1995), *International Political Economy*, Fernwood Publishing, Halifax, Canada.

⁵ *Ibidem*.

«Devido a que a política cria e faz cumprir normas económicas, nada há de estranho que os direitos de propriedade raramente sejam eficientes»⁶.

Inclusive quando se idealizam direitos de propriedade eficientes, continuarão com características que será custoso monitorar ou fazer cumprir, refletindo desincentivos interconstruídos ou, pelo menos, aspectos de intercâmbio que signifiquem tentação para negar, enganar, roubar ou desentender-se⁷.

Douglass North constata que «limitações informais» evoluem para mitigar estes desincentivos e que «o mundo moderno ocidental oferece evidências abundantes de mercados que trabalham e que inclusive se aproximam do mercado ideal neo-clássico»⁸ mas sublinha que se trata de exceções e, além disso, de difícil medição. É no reequilíbrio desta balança que North situa o papel das instituições e a função da mudança institucional, sublinhando ainda que «integrar a análise institucional na teoria neoclássica estática implica mudar o corpo existente da teoria. Mas conceber um modelo de mudança económica requer a construção de todo um marco teórico, porque esse modelo não existe»⁹.

Trata-se de componentes presentes em toda a História Económica e que emergem com alta intensidade em períodos de redefinição. Os modelos esgotam-se com relativa rapidez e as decisões de reequilíbrio alternam-se em ritmo que nem sempre acompanha (ou raramente acompanha) as erupções de crise. A capacidade auto-correctiva de um sistema é condição da sua reprodução, até porque o número de variáveis incontroláveis é, com frequência, elevado. Daí o carácter aleatório da previsão económica atual e das reservas que se emitem sobre os modelos econométricos.

Uma instituição como o Banco de Pagamentos Internacionais não hesitou em dizer no seu Relatório de 1996 que «há processos

⁶ NORTH, Douglass, (1981), *Structure and Change in Economic History*, New York: W. W. Norton & Co.

⁷ NORTH, Douglass (1990), *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, New York: Cambridge University Press.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*.

economicos que não entendemos cabalmente»¹⁰. Joseph E. Stiglitz e Lyn Squire, em artigo da «Foreign Policy» de Agosto de 1998, sublinham que «ainda há muito que aprender sobre as características particulares do desenvolvimento», tais como «compreender de forma muito mais profunda o funcionamento de certos mecanismos fundamentais do mercado».

Assim, a questão do incentivo institucional é de primeira grandeza para a performance económica e, tanto as instituições internas africanas como os efeitos das instituições internacionais sobre África, revelam-se altamente desincentivadoras.

A modificação de ambos fatores é pré-condição para uma política económica orientada para o desenvolvimento.

Internamente dois aspectos aparecem como essenciais: democratização e valorização dos recursos humanos.

A democratização significa instituições que assegurem o respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos económicos e sociais, nas quais seja a sociedade a controlar o Estado e não o inverso. Esta formulação reduz dois elementos de contra-desenvolvimento que são a corrupção e a prepotência, ao mesmo tempo que supera os custos sociais das ditaduras ou das cleptocracias. O ponto excelente aparece quando as instituições conseguem introduzir incentivos na vida económica e esta consegue produzir a base material da democracia.

A manutenção de instituições democráticas implica também custos financeiros, investimento indispensável para assegurar um clima adequado aos investimentos produtivos e à paz social. Porém, na ausência de regulação precisa e acompanhamento transparente, tais custos podem ainda servir para financiar o aparecimento de uma camada hegemónica que prolongue o ciclo de consumir antes de produzir.

O problema da regulação coloca-se, assim, a nível dos mercados financeiros, de dispositivos transitórios de reabastecimento do mercado, dos critérios das privatizações, mas também do funcionamento institucional.

A valorização dos recursos humanos é exigência de base, na medida em que a maior parte dos países africanos não possui o volume adequado de formação profissional e técnica para explorar os seus recursos naturais ou mesmo assegurar os serviços básicos. Além disso,

¹⁰ Citado em CÓRDOVA, Armando, (1997), «Globalización: Riesgos y oportunidades para Venezuela», in *Nueva Economía*, Caracas.

o contra-desenvolvimento alimenta-se de obscurantismo que os vazios em recursos humanos promovem. Segundo a frase consagrada de J. K. Galbraith «não há população letrada que seja pobre nem população analfabeta que o não seja».

Do ponto de vista dos projetos de integração, o problema institucional é óbvio na medida em que tais projetos tendem a criar instituições coerentes, que sejam soma e não subtração das instituições componentes. Os princípios fundamentais do Estado de direito, os critérios de expansão produtiva, as normas de articulação dos mercados financeiros e o funcionamento da fiscalidade têm de decorrer de consensos. A dificuldade em alcançá-los nos estágios iniciais do processo é uma das razões evocadas para se limitar o número de Estados membros neste estágio, o que no caso da SADC não tem sido observado e que explica, em grande medida, a extrema lentidão na prática dos seus programas ou protocolos e revela mais credibilidade da SACU (União Aduaneira de África Austral), de menores dimensões mas com instrumentos de desempenho muito superior, dois elementos também constatáveis na estrutura da Ilha Maurícia.

Na realidade, as características desses instrumentos, os critérios de gestão e o nível médio de IDH alcançado por quatro dos cinco membros da SACU e Ilha Maurícia, fazem deles um conjunto emergente ou em vias de desenvolvimento, dentro da região SADC, enquanto os demais permanecem na área classificada pela ONU como Países Menos Avançados (PMA), quer dizer os mais pobres do mundo ou, no caso do Zimbábue, uma deterioração de indicadores capitais como a inflação ou desequilíbrios da oferta em produtos insubstituíveis de alta demanda.

Temos aqui um exemplo da recomposição do antigo Terceiro Mundo, com dois desempenhos diferenciados –observável também na América latina e em menor escala na Ási– que servem de fundamento a análises que mantêm o terceiro mundo como englobando os PMA's, o segundo mundo agora composto pelos países emergentes e o primeiro mundo mantendo o centro do sistema e suas proximidades.

Esta diferença é importante no estabelecimento de prioridades, alcance de metas e assinaturas de acordos, sendo mesmo decisiva conforme a designação geral sobre «pontos de partida» de William Easterly¹¹, segundo o qual o crescimento de uma economia sub-

¹¹ Cfr. EASTERLY, William, (2004), *O espetáculo do Crescimento*, Ed. Ediouro, São Paulo.

desenvolvida depende fortemente das condições em que se produz o arranque.

No conjunto SACU tem-se verificado uma continuidade em estímulos institucionais e uma difusão de efeitos a partir da economia sul-africana para modernização de meios e de métodos, ao mesmo tempo que favorece as pressões internas em casos como o da Swazilândia no sentido da democratização. A Ilha Maurícia obtém a mesma continuidade graças às suas excelentes performances institucionais, à qualidade de sua gestão e às constantes reivindicações da sociedade civil, conquistando assim uma repercussão internacional muito acima das suas dimensões.

Não obstante, esse bloco de países tem ainda fortes camadas da população abaixo da linha da pobreza e não consegue alcançar taxas de crescimento indutoras da saída do sub-desenvolvimento. Este novo dualismo é a grande característica das economias emergentes: áreas sofisticadas de produção e consumo coexistindo com muita destituição social, muitas vezes lado a lado nas grandes cidades.

Nos demais Estados membros da SADC, aquelas áreas sofisticadas quase não existem e, do ponto de vista institucional, alternam-se momentos de euforia e de regresso à estagnação ou aos métodos anteriores a esses momentos, ocasionando um movimento descontínuo cujo resultado no curto prazo é de prolongamento do atraso e imprevisível no médio prazo. Impossível determinar se o que vai prevalecer na descontinuidade é a mudança sustentável ou as alterações insuficientes.

A nível interno a mudança institucional é função de novos equilíbrios dentro de cada sociedade. A nível internacional essa mudança decorrerá de novos equilíbrios entre regiões do globo.

A democratização dos centros de decisão económica mundial é importante na solução de três fatores penalizantes para as economias mais pobres: a dívida externa, o conteúdo dos programas de ajustamento estrutural e a margem de manobra do capital especulativo. Para influir em tal mudança, as políticas económicas africanas terão de reduzir os elementos de auto-marginalização, de dependência e desperdício, combinados com projetos de integração decorrentes da especificidade dos mercados internos e da evolução mundial, mas também como plataforma de reforço da capacidade de negociação. Mesmo que muitas negociações tenham de prosseguir em bases bilaterais, a sua inserção em contextos menos frágeis promove um posicionamento mais sólido.

Baixos Rendimentos e Geração de Recursos

Nesse sentido, a superação dos baixos níveis de vida (à escala nacional, sub-regional ou regional) constitui o ponto de partida para um longo período de crescimento e para o desenvolvimento humano. Sem a sua evolução positiva nada mudará nas economias africanas mais atrasadas e fará pairar sempre a ameaça de desarticulação nas emergentes.

Com a maior parte dos 49 países mais pobres do mundo (PMA's) situada em África, e com pelo menos dois terços da população africana vivendo abaixo das linhas de pobreza, são desnecessárias demonstrações suplementares sobre os efeitos das baixas rendas na estreiteza do mercado consumidor, dos insuficientes níveis técnicos e da baixa produtividade ou da fraqueza de iniciativas produtivas face às exigências do crescimento.

Além de constituir uma enorme injustiça social e violação dos direitos humanos, a pobreza é um forte estrangulamento económico. A sua redução e posterior eliminação é um imperativo que requer algumas disposições.

Antes de mais -como só se pode distribuir aquilo que se produz- surge o requisito de gerar recursos adicionais para combater a pobreza, uma vez que na presente conjuntura africana, mesmo uma fórmula de redistribuição da riqueza existente seria insuficiente. A política de crescimento é um imperativo que, ao gerar mais recursos, cria melhores bases de poupança e liberta meios de intervenção pública para investimentos sociais decisivos como educação, saúde, água, habitação, energia.

O investimento social público é uma necessidade decorrente de dois efeitos:

- ausência em África de capacidade alargada das empresas e do conjunto da sociedade para proteção social, acompanhada pela destruição quase total da vocação de reciprocidade socioeconómica, historicamente preenchida por segmentos da sociedade tradicional;
- o crescimento da renda nacional é com frequência gerador de mais desigualdades, dado que os agentes mais fortes numa fase inicial de crescimento reforçam-se com muito mais rapidez, sendo a subida de rendimento dos mais pobres limitada pela sua falta de qualificações ou sob a ação compressora da inflação.

Embora não aceitem como inevitável a relação entre aumento dos rendimentos e aumento das desigualdades, Stiglitz e Squire (no citado artigo de «Foreign Policy») admitem um aumento de 50% na desigualdade em 88 períodos de crescimento estudados (e igual percentagem, portanto, na sua diminuição). Acrescentam, porém, que quando o crescimento ultrapassa 2%, em geral beneficia os mais pobres também. Ainda que estes autores não o refiram explicitamente, este percentual deve ser entendido como crescimento líquido real, o que na África corresponderá a cerca de 5% de crescimento bruto.

Perante esta margem de risco, a presença estimulante do Estado é incontornável na geração efetiva de recursos e, através de mecanismos transparentes do Estado de Direito e da noção social da distribuição equitativa, garantir a subida do poder aquisitivo, dos níveis de formação e dos primeiros níveis de segurança social.

Com a geração de novos recursos a ocupar lugar viabilizador, três eixos importantes se manifestam: a produção local de bens de grande consumo, o clima atrativo ao investimento estrangeiro, e a valorização das matérias-primas.

Os dois primeiros serão função do carácter estimulante das instituições. O terceiro pode receber aportes do segundo, o que seria mais efetivo se combinado com uma conjuntura mundial de estabilização de preços.

Tal hipótese é, todavia, pouco provável no curto prazo. A evolução do mercado mundial continua apontando para a oscilação, na qual apenas o petróleo, a platina e o ouro têm obtido períodos de alta compensadores e o café tenha registado no último ano uma recuperação considerável. Mas a balança de preços vai naturalmente manter-se favorável à produção manufatureira, indicando uma regra que coloca em inferioridade aqueles que forem incapazes de enveredar por ela.

Aqui, portanto, a grande questão de pesquisa é como enveredar e por onde começar.

Trabalho, Consumo e Tecnologia

a) considerações gerais de teoria

A economia mundial de finais do século XX, revela entre as maiores fontes de lucro três tipos de atividade: os tráficos de droga, minerais e armas; operações especulativas à grande escala nas bolsas e mercados de cambio; empreendimentos com tecnologia de ponta.

A especulação á escala mundial é, em grande medida, alimentada por gigantescos recursos financeiros gerados pelos tráficos e serve-se de alta tecnologia. A redução do papel dos tráficos na economia mundial compreende um processo de grande complexidade e elementos de áreas diversas, tratando-se de uma componente do contexto de caos que só parece ter desfecho a longo prazo. Assim, é um dado com que será necessário lidar no curto e médio prazos para limitar a sua entrada ou expansão nos países menos defendidos.

A questão da alta tecnologia em si é de outra natureza.

Atualmente constata-se «uma marcada tendência recessiva no comportamento da economia mundial no ultimo quarto de século, situação que contrasta com o considerável incremento da produtividade que trouxe consigo o novo paradigma tecnológico. A explicação deste aparente paradoxo leva-nos a considerar os efeitos contraditórios decorrentes do novo paradigma tecnológico na dinâmica estrutural da oferta e da procura. Por um lado, gerou um considerável incremento da oferta, em particular nos setores de ponta e naqueles direta ou indiretamente impulsionados por eles. Este desenvolvimento apresenta, como um dos seus aspectos mais notórios, um caráter essencialmente intensivo, concentrado em redes produtivas com tendência para uma estrita localização geográfica (mega-cidades-regiões, denomina-as Petrella). Estas unidades geo-economicas, cuja articulação dentro da economia mundial constitui o espaço verdadeiramente coberto pela «globalização» da produção, apresenta-se, para usar a imagem de Hinkelammert, como um disperso arquipélago de zonas de desenvolvimento, espalhadas dentro de um enorme mar circundante de exclusão económica e social. Cada um destes ilhéus tende a crescer sobre si mesmo com muito limitadas relações com o resto do meio social, devido a que suas funções técnicas de produção são essencialmente poupadoras de trabalho vivo¹².

¹² CORDOVA, *op. cit.*

Na África sub-sahariana -excluindo a África do Sul- só o primeiro tipo daquelas atividades (os traficos), está presente em bases extensas e é fator de pilhagem e escoamento de recursos, sejam minerais ou financeiros. A paragem dessa hemorragia é condição para aumento da poupança.

Como pontos de partida para o crescimento na maior parte dos países africanos surgem as produções em duas faixas e dimensões gradualmente adequadas á demanda:

- os setores de grande consumo, basicamente produtos da agro-pecuária com prolongamento agro-industrial, pesca, textil, materiais de construção e outras na mesma faixa de consumo;
- a valorização das matérias-primas com a introdução de índices razoáveis de transformação, o que no caso de Angola significaria -para começar- o aumento da capacidade de refinação petrolífera, a lapidação de diamantes e recuperação no aproveitamento do ferro.

Ao longo da História, a capacidade produtiva tem protegido os interesses dos países mais que a simples tabela alfandegária.

Os resultados esperados seriam alargamento do mercado de trabalho, redução das importações primárias e reorientação para outros itens, maior circulação de riqueza interna e criação de novos pontos de partida para a fase de crescimento seguinte.

Este último efeito esperado e os imperativos de modernização implícitos na qualidade da gestão, produtividade e competitividade em qualquer fase, aconselham a encarar alguns investimentos nas novas tecnologias, para reduzir o risco do Continente se instalar num atraso constante e porque os problemas de adaptação dos mercados às novas condições do paradigma tecnológico são de molde a que se explorem possibilidades de descentralização na produção de componentes, precisamente nas «ilhas» alvo de exclusão económica e social. Em certa medida África do Sul e Maurícia já enveredaram por esta possibilidade e a integração regional é de molde a reforça-la, não só pelo alargamento do mercado, mas ainda porque evita dispersão em exigências da propriedade intelectual e cria dimensões atraentes num ramo mundialmente muito marcado pelas fusões e/ou aquisições concentradoras.

Este fenómeno é de tal envergadura que assume perfil transcontinental, bem visível nos movimentos de capitais e patentes entre Estados Unidos, Europa e os grandes países asiáticos, fora dos

quais África e América latina não podem ficar. Isto quer dizer que os contratos de empresas, por exemplo de países do Atlântico Sul, com multinacionais de hardware e software, ou as capacidades tecnológicas sul-africanas, argentinas e brasileiras, demonstram já a viabilidade de joint ventures em novas tecnologias, no âmbito do Acordo de Comércio Preferencial assinado em Dezembro de 2004 entre a SACU e o Mercosul.

O alargamento do mercado de trabalho é uma primeira chave na geração de renda e, a junção dos ramos de consumo básico com iniciativas de novas tecnologias é de natureza a introduzir uma racionalidade com duas vertentes principais.

Os ramos de alto consumo, são grandes geradores de empregos, com níveis de profissionalização disponíveis ou alcançáveis a curto prazo na sub-região austral, particularmente em casos como o angolano e moçambicano. A sua produção local, liberta divisas -fator crucial em países de moeda não-conversível- para despesas com bens voltados para a demanda intermédia em vez da demanda final. Enfim, atingia-se uma posição favorável à produção e exportação de bens não-tradicionais.

Os projetos de alta tecnologia respondem a uma exigência de gestão competitiva e produtividade elevada. A sua introdução é inevitável quer se produza localmente ou seja importada. Na segunda hipótese pressiona negativamente a balança comercial e contribui para o desemprego sem alternativa de reorientação. A via da produção nos agrupamentos económicos do Sul reduz os dois riscos num área estratégica objeto de debate num ponto importante, com Cordova¹³ a referir a tese segundo a qual se trata de setor que gera desemprego estrutural.

A outra tese é que esse facto decorre de dificuldades de adaptação, que ao longo da História sempre ocorrem com as inovações o que, além das medidas que implica nos sistemas de ensino, levanta a questão da competitividade do conjunto económico e sua capacidade de integrar a inovação.

Além dos países austrais já referidos com avanços nas novas tecnologias, os níveis de consumo das mesmas em toda a região SADC (informática, áudio-visual, telefonia celular) e as características da produção eletrónica ou de biotecnologia autorizam que, em menor ou

¹³ *Ibidem.*

maior escala, quase todos os outros possam estar presentes num processo modernizador integrado, com efeitos de curto prazo na qualidade dos recursos humanos, na modernização da produção de grande consumo e na valorização de recursos naturais, desenhando novos equilíbrios da oferta e procura de produtos essenciais na sub-região, o que atribui mais sentido á zona de livre comércio proposta pelo Protocolo de Maseru, que só existirá na pratica se houver o que trocar.

b) pesquisas de conjuntura

Uma observação prolongada nos circuitos informais da sub-região não deixa duvidas de que são -excetuando os Estados da SACU e Maurícia- os que melhor traduzem a estrutura da demanda na região, verificando-se que os maiores volumes de negócio fazem-se no alimentar, textil, equipamento doméstico, ferramentas e materiais de construção, peças de automóveis e vários items de eletrônica.

Santa Clara, na fronteira de Angola com a Namíbia é um caso de estudo que temos vindo a acompanhar há alguns anos. Colada à pequena cidade namibiana de Oshikango, é por ali que transita um fluxo de mercadoria que justificou a criação do lado namibiano da Zona de Processamento de Exportação (EPZ) com estudos de um projeto de extensão de linha ferroviária.

Significativo, em termos práticos e teóricos, é que no conjunto Santa Clara-Oshikango é o setor informal que determina as orientações do setor formal.

Significativo na medida em que um mercado, cuja característica primeira é a precariedade, adquire um nível de demanda tão elevado. Os compradores angolanos são largamente informais e os vendedores namibianos são empresas. As importações destinam-se às províncias do Sudoeste angolano, com quase dois milhões de habitantes e, se elas parassem repentinamente vários setores comerciais namibianos - atuando em parte como intermediários de marcas sul-africanas- sofreriam grande abalo e Oshikango voltaria a ser um mero posto fronteiriço remoto.

As exportações angolanas nesta área são de valor reduzido, essencialmente pequenas quantidades de gado, cujas receitas são orientadas para aquisição de bens de consumo para as famílias dos criadores. Uma exportação mais importante não tem sido valorada. Trata-se da água e energia originadas pelas barragens de Ruacanã e

Calueque. Parte dessa água e energia voltam a Angola a partir dos cabos e da canalização de Oshikango.

O financiamento das aquisições angolanas faz-se sobretudo através da vasta rede informal de câmbios do país e às vezes pelos dispositivos formais de comércio externo de Angola com recurso ao Banco Nacional. Em menor escala há o saldo de operações locais com moedas da zona do Rand.

Santa Clara é um exemplo de cidade-fronteira, entidade que demógrafos e economistas vêm como um dos cenários futuros de impacto nas trocas internacionais. Exemplos já testados são, entre outros, Genebra, Jerusalem, cidades na fronteira dos Estados Unidos com o Canadá e o México, Ciudad del Este, Singapura e Hong-Kong.

Ressano Garcia é também referida neste âmbito, às vezes pelos grandes media (como o número especial sobre a matéria do «Courrier International» de Junho de 1995). O caso desta zona fronteiriça moçambico-sul-africana apresenta um interesse suplementar, na medida em que se situa numa entidade geo-economica muito focada pela SADC: o corredor de Maputo.

A importância dos corredores na África Austral derivava inicialmente da sua função de ligação entre os portos e o interior, sobretudo a partir da inovação do transporte multimodal. Recentemente, porém, os corredores passaram a ser também uma forma de negociar o espaço para instalação de atividades produtivas. Os custos de mão de obra são decisivos para tornar atrativa tal negociação de espaço.

O caso do complexo de alumínio da Mozal -capital sul-africano e internacional, localização nesta zona moçambicana- é hoje objeto de observação internacional para avaliação de efeitos sobre o mercado desse produto, sobre o de trabalho e sobre o tipo de irradiação macro.

Diversas grandes empresas sul-africanas têm agora uma estratégia (já seguida por várias multinacionais noutros pontos do terceiro mundo) de abertura de unidades, ou transferência de existentes, para países próximos onde a força de trabalho seja mais barata e menos reivindicativa e os impostos mais moderados. Projetos industriais sul-africanos em Moçambique e outros países afro-austrais, situam-se nesta linha e representam uma alteração importante no antigo sistema laboral, que promovia a migração de trabalhadores da sub-região para as minas e certos serviços da África do Sul.

As vantagens para as empresas capazes dessa deslocalização são importantes mas as «retombées» para os países receptores têm-se

revelado modestas, permanecendo enclaves, com escassa expansão para fora deles em virtude de fraca articulação com outras vertentes do crescimento ou simplesmente ausência dessas outras vertentes.

Esta constatação, porém, não invalida que centros como Santa Clara, Ressano Garcia e zonas a que favorecem acesso, provam o impacto da integração espontânea e que a diversificação produtiva das economias angolana e moçambicana seria bastante beneficiada por tais centros no acesso ao mercado sul-africano.

Desenvolvimento Humano

O contexto de fragmentação económica e grande pobreza da maior parte dos Estados da SADC, exige deste projeto de integração que seja eficaz nos dois planos: taxas adequadas de crescimento económico e melhoria geral das condições de vida. Para o objetivo desenvolvimento, os dois aspectos são inseparáveis por razões tanto de justiça, quanto dos imperativos de estrutura, qualidade e dimensão do mercado.

A articulação das políticas económicas e sociais é, nestes termos, a resposta para a busca de subida nas rendas individuais, familiares, comunitárias e do todo económico, ao mesmo tempo que constrói bases dispostas a superar a marginalização social e continental. O alcance dessa articulação é um dos elementos da sustentabilidade sem a qual não há desenvolvimento, na medida em que uma das principais exigências de um processo desta natureza é a sua continuidade e reprodução. Fora da sustentabilidade podem-se considerar, nas melhores hipóteses, períodos de crescimento.

Nestes termos, a expressão «desenvolvimento sustentável» é uma redundância.

A noção de desenvolvimento humano deve ser vista como estando ainda em construção, tratando-se de um índice onde os indicadores assumem papel mais importante que os conceitos, como aliás ocorre hoje com as propostas e avaliações do desenvolvimento de forma geral.

Tanto o Índice em si como as avaliações sobre o desenvolvimento no geral, podem alterar-se a médio prazo com a introdução ou aperfeiçoamento de indicadores e novas formulações teóricas, capazes de ultrapassar a crise de teoria na matéria, que se manifesta há umas três décadas. No curto prazo, o conjunto de indicadores que compõe o

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um instrumento de análise aproximada sobre o estado das várias sociedades.

Seis Estados da SADC (Maurícia, África do Sul, Botswana, Suazilândia, Namíbia e Zimbábue) têm IDH médio e os restantes sete (Lesoto, RD Congo, Zâmbia, Tanzânia, Angola, Malawi e Moçambique) IDH baixo. Os seis países dos dois primeiros escalões mais Angola e Moçambique, têm uma posição no IDH inferior à ocupada pelos respectivos PIB per capita, o que corresponde a desequilíbrios na referida articulação. Mas o conhecimento de realidades como a da RD Congo, Zâmbia, Tanzânia, Malawi e Lesoto, permite concluir que os respectivos IDH ao serem superiores aos PIB per capita não traduz uma melhor articulação, sendo apenas resultado de per capita muito baixos que mesmo IDH fracos podem igualar ou ultrapassar.

O IDH não é o único instrumento de trabalho na avaliação estrutural ou conjuntural, nem no estabelecimento de prioridades ou vias de desbloqueio, permanecendo essencial a confiabilidade estatística para interpretar o PIB e sua composição, balança comercial e de pagamentos, fiscalidade, orçamento estatal. É este conjunto que vai pilotar a análise dos passos do crescimento e da integração, seu tamanho e conteúdo. Mas o que todas as experiências do tipo têm demonstrado é que o sucesso de uma «comunidade de desenvolvimento» será resultado dos desempenhos de cada Estado membro e da natureza da suas instituições.

Bibliografia

- CODESRIA, (1992), *Ciências Sociais em África*, Dakar.
- CÓRDOVA, Armando, (1997), «Globalización: Riesgos y oportunidades para Venezuela», in *Nueva Economía*, Caracas.
- EASTERLY, William, (2004), *O espetáculo do Crescimento*, Ed. Ediouro, São Paulo.
- GEMDEV, (1994), *L'integration Régionale dans le monde - innovations et ruptures*, Khartala, Paris.
- GONÇALVES, José, (1995), *Geografia Económica e Humana do Baixo Cunene - notas preliminares de pesquisa*, mimeo, Angola.
- GONÇALVES, William, (2004), *Relações Internacionais*, Ed Jorge Zahar, Rio de Janeiro.

- HUGON, Philippe, (2003), *Économie de l'Afrique*, Col.Repères, Ed. La Decouverte, 4ème edition, Paris.
- HETTNE, Bjorn (ed), (1995), *International Political Economy*, Fernwood Publishing, Halifax, Canada.
- NORTH, Douglass, (1995), *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*, Fondo de Cultura Económica, México.
- SCHUURMAN, Frans J. (ed), (1993), *Beyond the Impasse - New Directions in Development Theory*, Zed Books, London and New Jersey.
- SEN, Amartya, (1999), *Sobre Ética e Economia*, Companhia das Letras, São Paulo.
- PNUD, (1997), *Relatório do Desenvolvimento Humano*.
- , (2000), *Relatório do Desenvolvimento Humano*.
- , (2002), *Relatório do Desenvolvimento Humano*.
- UNCTAD, (1996), *The Least Developed Countries - 1996 Report*.
- WORLD BANK, (1995), *Annual Report*.
- , (2002), *Annual Report*.